

# **O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E A POLÍTICA DE BÔNUS: IMPLICAÇÕES NO COTIDIADIANO DOS PROFESSORES E GESTORES DA GRE MATA SUL**

Cezar Gomes da Silva  
Secretaria de Educação de Pernambuco  
[Prof.cezargomes@gmail.com](mailto:Prof.cezargomes@gmail.com)

## **Introdução**

Há uma década a política educacional pernambucana vem sendo pautada no Programa de Modernização da Gestão Pública - Metas para a Educação (PMGP/ME) cujo objetivo principal consiste em melhorar a qualidade da educação estadual, através da consolidação de uma gestão focada em resultados (PERNAMBUCO, 2007). Para tanto, lança mão da tríade: metas para as escolas, avaliação do desempenho dos estudantes e bônus do desempenho educacional. A mesma se ampara nos preceitos que constituem os paradigmas da gestão moderna, entre eles, eficiência, eficácia, competitividade e melhoria no desempenho, elementos que, aliás, estão representados de forma basilar nas estruturas organizacionais dos governos. O que Saviani (2008), chama de “neotecnicismo na educação”, onde o papel principal a ser exercido pelo Estado busca garantir a eficiência e produtividade. Para o autor, redefine-se o papel tanto do Estado quanto da escola.

A partir dessas premissas o Estado de Pernambuco pretende alcançar, até o ano de 2022, status de “qualidade na educação”, comparando-se a países desenvolvidos, tomando por base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Destacamos dentre as ações estabelecidas nesse modelo administrativo a “Política de Bônus de Desempenho Educacional (BDE)”, que se efetivou como estratégia preponderante para a estabilidade do modelo de administração gerencial no PMPG/ME. O BDE vai tomando fôlego a partir de um discurso governamental que o apresenta como elemento motivador para qualificação do trabalho na busca por alcançar as metas e os resultados estabelecidos pela Secretaria Estadual de Educação. A partir desse contexto temos a seguinte problemática: Será que PMGP/ME e a Política de Bônus de Desempenho Educacional (BDE) efetivada no sistema educacional de

Pernambuco interferem na prática pedagógica dos professores e na gestão da escola? O artigo tem por objetivo identificar as mudanças no cotidiano dos professores e da gestão da escola a partir da implementação (PMGP/ME) e a política de bonificação efetivada no estado de Pernambuco. A pesquisa está subsidiada por um conjunto de técnicas comuns a análise do conteúdo, referências teóricas e documentais, bem como, a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores e professores da Mata Sul pernambucana.

### **Desenvolvimento**

A política pública por ser uma categoria complexa e dinâmica apresenta diversas definições que na maioria se diferenciam de acordo com o olhar dos autores. Segundo Gomes (2011), para compreendermos as Políticas Públicas, devemos contextualizá-las enquanto “construções sociais e históricas cujos determinantes são necessariamente complexos e múltiplos”, portanto, sujeita a uma série de condicionantes. Por outro lado, Azevedo (2001), “situa a política educacional como parte de uma totalidade maior que se realiza por meio da ação do Estado, por isso, são definidas como sendo o Estado em ação”. Ou seja, para autora, o conceito de políticas públicas tratado de forma mais objetiva “implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobre tudo na máquina governamental, o seu principal referente.” (AZEVEDO, 2001, p. 5).

O serviço público e em especial a administração pública como integrantes das políticas públicas sofreu um conjunto de reformas no sentido de introduzir toda uma lógica empresarial, segundo Abrucio (1997), esta tendência performática na administração pública emerge a partir dos anos de 1980 com as reformas realizadas na Inglaterra durante o governo de Margaret Thatcher, acompanhada pelos Estados Unidos (governo de Ronald Reagan) e, posteriormente, em outros países como Nova Zelândia e a Austrália.

No Brasil, este quadro evidencia-se na administração pública em 1995 com o Plano Diretor conduzido pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

O Estado de Pernambuco está entre os estados brasileiros que implementaram e fomentaram o modelo de administração gerencial no encaminhamento de suas políticas públicas. A estrutura administrativa do governo está norteadada pelo Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação de Pernambuco (PMGP/ME-PE), que determina entre outras, a organização do sistema educacional. (PERNAMBUCO, 2015, S/N).

Assim, pode-se destacar dentre as ações estabelecidas nesse modelo administrativo a “Política de Bônus de Desempenho Educacional (BDE)”, que se efetivou como estratégia preponderante para a estabilidade do modelo de administração gerencial no PMPG/ME. Estabelece-se assim, na rede educacional do estado, a cultura do resultado pelo mérito de obter as melhores notas, ranqueando as escolas sob essas premissas e bonificando-as. O que parece para alguns (BENITTES, 2014; MELO, 2015) danoso ao próprio sistema, já que o caráter competitivo em que se apresenta este modelo sugere conflitos entre escolas, entre professores e entre alunos.

### **Considerações Finais**

O Programa de Modernização da Gestão como política pública educacional do estado de Pernambuco estabeleceu profundas transformações nas formas de gestão escolar e fundamentos da prática pedagógica. A conduta dos professores e gestores do ponto de vista dos processos de ensino aprendizagem, a exemplo da administração empresarial, se detém ao alcance de metas e indicadores educacionais. Neste sentido, o Bônus de Desempenho Educacional como instrumento de incentivo e premiação repercute decisivamente na ação pedagógica e nas prioridades da escola.

Ao considerar as experienciais vividas na prática por gestores e professores da rede estadual de ensino da região da Mata Sul Pernambucana, observamos que o novo modelo de gestão implantado pelo governo mudou significativamente a “cara” da gestão da escola e suas prioridades. Essa mudança de paradigma, que passa agora a atender com mais ênfase aos aspectos da formação baseada na melhoria dos resultados, a

princípio, a nosso ver, gera grande apelo para preparação do estudante com fins de suprir as necessidades do mercado.

Esse modelo, por se estabelecer como política de governo, mas buscando robustez para se estabelecer como política de estado, exige na prática respostas pragmáticas aos problemas educacionais retratados pelas avaliações e pelos indicadores educacionais elaborados pelo governo. Para tanto, se utiliza de um sistema de monitoramento que, por um lado, agrada os mais céticos no que diz respeito à cobrança das responsabilidades dos professores e gestores com o Estado, forçando, de certa forma, a equipe docente a cumprir com suas obrigações, mas, por outro, precariza profundamente as estruturas pedagógicas e as relações de trabalho fundadas na colaboração e espontaneidade dos profissionais da escola.

Neste sentido, o Bônus de Desempenho Educacional como instrumento de incentivo e premiação repercute decisivamente na ação pedagógica e nas prioridades da escola. Além disso, o fato do Programa estar assentado sobre uma plataforma de matriz gerencialista favorece as formas verticalizadas de intervenção da Gestão Escolar. Nesse contexto, veem-se restringidas as diversas formas de intervenção democrática e projetos de sociedade baseados na ação coletiva.

#### REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Janete M. Lins. **Educação como política pública**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GOMES, Alfredo M. **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, Brasília, n. 10, 1997.

BENITTES, Valéria Lima Andrioni. **A política de ensino médio no estado de Pernambuco**: um protótipo de gestão da educação em tempo integral. Caruaru. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco (CAA), Caruaru-PE, 2014.

MELO, Danila Vieira. **“Quando vai falar de IDEPE, você fala de bônus”** – As influências do Índice de Educação de Pernambuco (IDEPE) nas escolas estaduais. 2015.

144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PERNAMBUCO. LEGISPE. Lei de Responsabilidade Educacional do Estado de Pernambuco. **Lei nº 13.273, de 05 de julho de 2007**. Disponível em: <[legis.alepe.pe.gov.br](http://legis.alepe.pe.gov.br)> Acesso em: 03 jul. 2016.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Modernização de Gestão**. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=69>> Acesso em: 14 maio 2015.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.